

Sumário

Prefácio à 4ª edição	19
Prefácio à 3ª edição	21
Prefácio à 2ª edição	23
Prefácio à 1ª edição	25

Lista de abreviaturas.....	27
----------------------------	----

Introdução	29
------------------	----

Capítulo 1

Dos crimes contra a ordem tributária – Aspectos gerais.....	33
--	-----------

1.1	Direito Tributário Penal ou Direito Penal Tributário?	33
1.2	Princípios constitucionais relativos à punição. Aplicabilidade tanto a crimes relacionados à tributação, quanto a ilícitos tributários de cunho administrativo.....	36
1.3	Elisão e evasão fiscal.....	37
1.3.1	Noções.....	37
1.3.2	Critérios para distinção; os crimes contra a ordem tributária constituem evasão fiscal	40
1.3.3	Planejamento tributário e redução de receitas; regras antielisivas	42
1.4	Dolo e potencial consciência da antijuridicidade; os crimes contra a ordem tributária, previstos pela Lei nº 8.137/90, apenas admitem a modalidade dolosa	48
1.4.1	Tipo subjetivo dos crimes previstos pela Lei nº 8.137/90: dolo.....	48
1.4.2	Categorias do dolo	50
1.4.3	Jurisprudência acerca do dolo como tipo subjetivo dos crimes contra a ordem tributária, praticados por particular, previstos pela Lei nº 8.137/90	51
1.4.4	Potencial consciência da antijuridicidade	53
1.4.5	Potencial consciência da antijuridicidade: a sua ausência exclui a culpabilidade.....	56
1.5	Tipo e tipicidade, elementos normativos do tipo, norma penal em branco e erro de tipo	59
1.5.1	Tipicidade.....	59
1.5.2	Os elementos do tipo	60
1.5.3	Erro de tipo	61
1.5.4	Erro de tipo e potencial consciência da antijuridicidade: distinção	63
1.5.5	Erro de tipo essencial; erro de tipo escusável e erro de tipo inescusável	65
1.5.6	Ônus da prova da existência do erro	66

1.6	Cautela na afirmação da ocorrência de crime contra a ordem tributária. O detalhamento e as eventuais dificuldades de interpretação da norma jurídica tributária.....	70
1.7	Objetividade jurídica ou bem jurídico protegido pela incriminação das condutas previstas pela Lei nº 8.137/90 como crimes contra a ordem tributária	74
1.7.1	Objetividade jurídica do crime ou bem jurídico protegido: ordem tributária	74
1.7.2	O bem jurídico receita tributária	80
1.8	Noções históricas no Brasil.....	83
1.9	Internacionalização da economia.....	84
1.9.1	A economia se internacionaliza.....	84
1.9.2	Punição, no Brasil, de crimes contra a ordem tributária cometidos no exterior e de crimes contra a ordem tributária estrangeira	85

Capítulo 2

Dos crimes contra a ordem tributária praticados por particulares.....		93
2.1	O crime de sonegação fiscal, previsto pelo art. 1º, <i>caput</i> , da Lei nº 8.137/90	95
2.1.1	O art. 1º, <i>caput</i> , da Lei nº 8.137/90.....	95
2.1.2	Ausência de inconstitucionalidade	97
2.2	O crime de sonegação fiscal: <i>nomen juris</i> do crime previsto pelo art. 1º da Lei nº 8.137/90	98
2.3	O crime de sonegação fiscal: o conceito de tributo para a compreensão do conteúdo do <i>caput</i> do art. 1º da Lei nº 8.137/90; as contribuições sociais; a classificação dos tributos segundo a natureza da respectiva hipótese de incidência	99
2.3.1	O conceito de tributo	99
2.3.2	As categorias de tributos	102
2.3.3	Empréstimos compulsórios	108
2.4	O crime de sonegação fiscal: algumas regras de outros países.....	109
2.5	O crime de sonegação fiscal: o núcleo do tipo – suprimir ou reduzir tributo; crime material, de dano ou de resultado; o objeto material e o objeto jurídico do crime.....	111
2.5.1	O núcleo do tipo no crime de sonegação fiscal: suprimir ou reduzir tributo	111
2.5.2	O objeto material do crime de sonegação fiscal	118
2.5.3	Tributos com função extrafiscal	119
2.5.4	Sonegação fiscal e supressão ou redução de tributo incidente sobre rendimentos de origem ilícita	121
2.6	O crime de sonegação fiscal, dano ao erário e princípio da insignificância.....	122
2.6.1	Valores mínimos para propositura de ações de execução fiscal: regras legais	122
2.6.2	O princípio da insignificância: exclusão da tipicidade.....	124

2.6.3	Parâmetro para incidência do princípio da insignificância, em tema de crime de sonegação fiscal	126
2.6.4	Valor máximo a ser considerado, para incidência do princípio da insignificância, em tema de crime de sonegação fiscal.....	129
2.6.5	Consideração do valor do tributo com todos os seus acessórios, inclusive eventual penalidade pecuniária administrativa.....	131
2.7	O crime de sonegação fiscal: sua classificação do ponto de vista da natureza das condutas que envolvem: crimes comissivos, crimes omissivos e crimes mistos; crimes unissubsistentes e crimes plurissubsistentes	132
2.7.1	Crimes comissivos, omissivos, comissivos por omissão e mistos	132
2.7.2	Classificação do crime de sonegação fiscal, do ponto de vista da conduta: noção de crimes unissubsistentes e plurissubsistentes.....	133
2.8	O crime de sonegação fiscal: crime plurissubsistente e lugar do crime	135
2.9	O crime de sonegação fiscal: as etapas do crime, especialmente o momento em que ocorre a consumação	137
2.9.1	<i>lter criminis</i>	137
2.9.2	A consumação no crime de sonegação fiscal.....	139
2.9.3	Uma situação peculiar, relativa ao imposto de renda	142
2.9.4	Outra situação peculiar no atinente à consumação	145
2.10	O crime de sonegação fiscal: a tentativa	145
2.11	O crime de sonegação fiscal: crime plurissubsistente e tempo do crime..	152
2.12	O crime de sonegação fiscal: desistência voluntária e arrependimento eficaz.....	154
2.13	O crime de sonegação fiscal: o crime do art. 2º, inciso I, da Lei nº 8.137/90, e sua relação com o crime previsto pelo <i>caput</i> do art. 1º da mesma lei	159
2.14	O crime de sonegação fiscal: o sujeito ativo; concurso de agentes.....	161
2.14.1	Sujeito ativo e concurso de agentes	161
2.14.2	Sujeito ativo do crime de sonegação fiscal	163
2.14.3	Empregados subalternos	168
2.14.4	Crimes de sonegação fiscal praticados no âmbito de pessoas jurídicas; criminalização de condutas da pessoa jurídica	171
2.15	O crime de sonegação fiscal: o sujeito passivo.....	178
2.15.1	Sujeito passivo do crime: noção	178
2.15.2	Sujeito passivo no crime de sonegação fiscal.....	179
2.15.3	Distribuição constitucional da competência tributária.....	179
2.15.4	Sujeito passivo do crime de sonegação fiscal, em se tratando de contribuições não destinadas ao Estado	184
2.16	O crime de sonegação fiscal: alguns conceitos de Direito Tributário relacionados com o tema	184
2.16.1	Hipótese de incidência e fato gerador	184
2.16.2	Obrigação tributária principal e obrigação tributária acessória.....	184
2.16.3	Elementos das obrigações, inclusive da obrigação tributária	185
2.16.4	Sujeito ativo e sujeito passivo da obrigação tributária principal.....	188
2.16.5	Base de cálculo e alíquota.....	189

2.16.6	Lançamento	189
2.16.7	Incidência, não-incidência, imunidade e isenção	191
2.17	O crime de sonegação fiscal: o propósito ou finalidade pela qual são realizadas as condutas previstas nos incisos do <i>caput</i> do art. 1º da Lei nº 8.137/90 e que constituem elementos típicos do referido crime	192
2.17.1	O propósito do agente, com a realização das condutas previstas pelos incisos do <i>caput</i> do art. 1º da Lei nº 8.137/90; o dolo	192
2.17.2	Uma situação peculiar	194
2.18	O crime de sonegação fiscal: as condutas previstas pelo inciso I do <i>caput</i> do art. 1º da Lei nº 8.137/90	195
2.19	O crime de sonegação fiscal: as condutas previstas pelo inciso II do <i>caput</i> do art. 1º da Lei nº 8.137/90	207
2.19.1	Livros contábeis e fiscais	207
2.19.2	Documentos fiscais.....	208
2.19.3	Sonegação fiscal mediante inserção de elementos inexatos ou omissão de operações em livros ou documentos exigidos pelas leis fiscais	209
2.20	O crime de sonegação fiscal: as condutas previstas pelo inciso III do <i>caput</i> do art. 1º da Lei nº 8.137/90	221
2.20.1	Considerações iniciais	221
2.20.2	Subfaturamento	223
2.20.3	Nota fiscal “calçada”	225
2.20.4	Pluralidade de blocos de notas fiscais com a mesma numeração: nota fiscal “paralela”	228
2.20.5	Outras fraudes enquadráveis no art. 1º, inciso III, da Lei nº 8.137/90	229
2.21	O crime de sonegação fiscal: as condutas previstas pelo inciso IV do <i>caput</i> do art. 1º da Lei nº 8.137/90	232
2.21.1	Elaborar, distribuir, fornecer, emitir, utilizar.....	232
2.21.2	Emissão e uso: um só crime.....	232
2.21.3	Tributos não-cumulativos (especialmente ICMS e IPI) e notas fiscais de falsas compras.....	233
2.21.4	Venda e transporte de mercadoria com nota fiscal de outra empresa, com atividades encerradas; acobertamento de estoque mediante emprego de notas fiscais falsas, supostamente emitidas por empresa já não mais em atividade	237
2.21.5	Falsificação de guia de recolhimento de tributo e da respectiva autenticação mecânica bancária	237
2.21.6	Falsificação de comprovantes de despesas dedutíveis, em tema de imposto de renda	239
2.21.7	Documento que o agente deva saber falso: situação que, todavia, não admite modalidade culposa, e sim caracteriza dolo eventual	240
2.21.8	Uma situação peculiar	241
2.21.9	Sujeitos ativos do crime: um emite o documento, outro faz uso dele: concurso de agentes e não de crimes.....	242
2.22	O crime de sonegação fiscal: as condutas previstas pelo inciso V do <i>caput</i> do art. 1º da Lei nº 8.137/90	243

2.22.1	Norma penal em branco.....	243
2.22.2	A conduta prevista pelo art. 1º, <i>caput</i> , inciso V, da Lei nº 8.137/90.....	244
2.22.3	O transportador de mercadorias.....	245
2.22.4	Algumas decisões.....	245
2.22.5	Falta de emissão de nota fiscal e condutas previstas nos demais incisos do <i>caput</i> do art. 1º da Lei nº 8.137/90.....	248
2.22.6	Inexigibilidade da intimação do fisco, seguida de não-apresentação da nota fiscal para que ocorra o crime na modalidade prevista pelo inciso V do <i>caput</i> do art. 1º da lei.....	249
2.22.7	Concurso de agentes, quando o adquirente pede que a nota fiscal não seja emitida.....	250
2.22.8	Emissão da nota fiscal com inobservância de exigência legal: somente ocorre crime de sonegação fiscal se a isso se seguir supressão ou redução de tributo.....	252
2.23	O crime de sonegação fiscal: no seu contexto, as eventuais falsidades documentais não podem ser punidas em caráter autônomo; princípio da especialidade e crime complexo.....	253
2.24	O crime de sonegação fiscal: pluralidade de condutas, dentre as previstas pelos incisos do art. 1º da Lei nº 8.137/90, em face de supressão ou redução de um só ou de vários tributos concomitantemente; concurso material e concurso formal de infrações penais; crime continuado ou continuidade delitiva.....	258
2.24.1	Várias condutas com supressão ou redução de um só tributo: crime único.....	258
2.24.2	Multiplicidade de condutas, com redução ou supressão de dois ou mais tributos; concurso de infrações penais.....	261
2.24.3	A situação das microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional (LC nº 123/06).....	263
2.24.4	Continuidade delitiva ou crime continuado.....	267
2.25	O crime de sonegação fiscal: tributos com período de apuração mensal; diversas condutas previstas pelo <i>caput</i> do art. 1º da Lei nº 8.137/90 praticadas ao longo do mês, visando reduzir ou suprimir um mesmo tributo: crime único.....	287
2.26	O crime de sonegação fiscal: elisão ou evasão tributária e negócio jurídico simulado.....	290
2.26.1	Simulação e sonegação fiscal.....	290
2.26.2	Distribuição disfarçada de lucros.....	294
2.27	O crime de sonegação fiscal: as penas aplicáveis aos crimes previstos pelo art. 1º, <i>caput</i> , da Lei nº 8.137/90; substituição da pena privativa de liberdade por penas alternativas (restritivas de direitos); causas especiais de aumento de pena previstas.....	298
2.27.1	As penas.....	298
2.27.2	Substituição da pena privativa de liberdade por penas alternativas (restritivas de direitos).....	299
2.27.3	Critérios da Lei nº 8.137/90 para aplicação da pena de multa.....	300
2.27.4	Prazo para pagamento da multa e correção monetária do seu valor.....	303

2.27.5	Método de aplicação da pena de multa	304
2.27.6	Impossibilidade da conversão da multa em prisão, mesmo em face de réu solvente que não efetua seu pagamento	305
2.27.7	Ação de execução da pena de multa	305
2.27.8	Causas de aumento de pena previstas pela Lei nº 8.137/90	306
2.27.9	A causa de diminuição de pena prevista pelo parágrafo único do art. 16 da Lei nº 8.137/90	310
2.27.10	Situação peculiar de perdão judicial ou redução de pena, prevista pela Lei nº 9.807/99	312
2.28	Efeito da condenação criminal transitada em julgado; tornar certa a obrigação de reparar o dano; alcance, em face do crime de sonegação fiscal	318

Capítulo 3

O crime de sonegação de contribuições previdenciárias	325
3.1 A previsão, no Código Penal, do crime de sonegação de contribuição previdenciária	326
3.2 Seguridade social e previdência social; o custeio da Seguridade Social; o conceito de contribuição social previdenciária no art. 337-A, do Código Penal	327
3.2.1 Seguridade social e previdência social: fontes de custeio	327
3.2.2 As contribuições para custeio da Seguridade Social são tributos	329
3.2.3 Contribuições para custeio da Seguridade Social: algumas referências, antecipando inclusive algo do conceito de "contribuição social previdenciária", do art. 337-A do CP	331
3.2.4 O conceito de contribuição social previdenciária, para aplicação do art. 337-A do CP	334
3.3 O crime de sonegação de contribuição previdenciária, previsto pelo art. 337-A do Código Penal: condutas, objetividade jurídica, sujeitos ativo e passivo, tipo subjetivo, penas	339
3.3.1 O art. 337-A do CP: antecedente – Lei nº 8.212/91, art. 95	339
3.3.2 O tipo subjetivo: dolo	341
3.3.3 Crime de dano ou crime material; núcleo do tipo: suprimir ou reduzir contribuição social previdenciária	342
3.3.4 Consumação e tentativa	344
3.3.5 Crime omissivo próprio ou crime misto	345
3.3.6 Crime plurissubsistente	345
3.3.7 Pluralidade de condutas, voltadas para redução ou supressão de uma mesma contribuição social, relativa a um mesmo período de apuração	345
3.3.8 Bem jurídico protegido e objeto material do crime	347
3.3.9 Sujeito ativo	348
3.3.10 Sujeito passivo	352
3.3.11 As condutas são omissivas	352
3.3.12 CP, art. 337-A, <i>caput</i> , inciso I: folha de pagamento	353
3.3.13 Empregado não registrado	355

3.3.14	Omissão de segurado em documento de informações a ser entregue à Previdência Social	357
3.3.15	CP, art. 337-A, <i>caput</i> , inciso II	359
3.3.16	CP, art. 337-A, <i>caput</i> , inciso III: omissão de rendimentos.....	363
3.3.17	Optante pelo SIMPLES e "Simples Nacional": sonegação fiscal, sonegação de contribuição previdenciária ou concurso de infrações penais?	365
3.3.18	CP, art. 337-A, <i>caput</i> , inciso III: omissão de lucros.....	374
3.3.19	CP, art. 337-A, <i>caput</i> , inciso III: omissão de remunerações pagas ou creditadas	375
3.3.20	Enquadramento simultâneo em vários incisos do art. 337-A do CP: crime único	376
3.3.21	Falsidades são absorvidas pela sonegação de contribuição previdenciária.....	377
3.3.22	Penas e efeito da condenação criminal transitada em julgado (tornar certa a obrigação de reparar o dano).....	377
3.4	Regras especiais sobre extinção da punibilidade, perdão judicial, substituição da pena privativa de liberdade por multa e causa especial de diminuição de pena, relativas ao crime de sonegação de contribuições previdenciárias, constantes dos parágrafos do art. 337-A do Código Penal; a situação do princípio da insignificância....	378
3.4.1	Extinção da punibilidade se o agente, espontaneamente, declara e confessa as contribuições, importância ou valores sonegados e presta informes à Previdência.....	378
3.4.2	O pagamento da contribuição social previdenciária sonegada, antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, extingue a punibilidade do crime.....	382
3.4.3	Discussão sobre a efetiva utilidade da regra do art. 337-A, §1º, do CP, se o pagamento extingue a punibilidade, desde que feito antes do trânsito em julgado da sentença condenatória	384
3.4.4	Incongruência com a regra do art. 138 do CTN.....	386
3.4.5	Quando se considera haver tido início a ação fiscal	388
3.4.6	Princípio da insignificância; perdão judicial ou aplicação exclusiva da pena de multa	390
3.4.7	O valor máximo para aplicação do princípio da insignificância ou concessão de perdão judicial ou aplicação exclusiva de multa	393
3.4.8	A conveniência do reconhecimento da aplicabilidade do princípio da insignificância.....	397
3.4.9	Caso se entenda aplicável apenas perdão judicial ou pena exclusivamente de multa, qual o critério para opção por uma ou outra providência?	399
3.4.10	Réu primário e de bons antecedentes	400
3.4.11	Causa especial de diminuição de pena: CP, art. 337-A, §3º.....	403
3.5	O crime de sonegação fiscal, previsto pelo <i>caput</i> do art. 1º da Lei nº 8.137/90, e as contribuições para a Seguridade Social.....	405

Capítulo 4

A particular modalidade do crime de desobediência, prevista pelo parágrafo único do art. 1º da Lei nº 8.137/90	407
4.1 O crime previsto pelo parágrafo único do art. 1º da Lei nº 8.137/90: modalidade peculiar do crime de desobediência	407
4.2 A consumação e a tentativa	411
4.3 Bem jurídico protegido	413
4.4 Sujeito ativo e sujeito passivo	413
4.5 O crime do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 8.137/90 e o crime do respectivo <i>caput</i> , inciso V	414
4.6 Conversão em horas do prazo para atendimento da diligência	414
4.7 Cometimento de crime previsto pelo parágrafo único e também de crime previsto pelo <i>caput</i> do art. 1º: concurso de infrações penais	416
4.8 O pagamento do tributo eventualmente sonegado não extingue a punibilidade do crime previsto pelo parágrafo único do art. 1º da Lei nº 8.137/90	416

Capítulo 5

Os crimes contra a ordem tributária previstos pelo art. 2º da Lei nº 8.137/90	417
5.1 O artigo 2º da Lei nº 8.137/90	417
5.2 O crime previsto pelo art. 2º, inciso I, da Lei nº 8.137/90	418
5.2.1 Crime de mera conduta	418
5.2.2 Caráter subsidiário do crime	420
5.2.3 Bem jurídico protegido; tipo subjetivo; sujeito ativo e sujeito passivo; absorção das falsidades; continuidade delitiva	422
5.2.4 As penas; efeito da condenação: tornar certa a obrigação de reparar o dano decorrente do crime	423
5.3 O crime previsto pelo art. 2º, inciso II, da Lei nº 8.137/90	425
5.3.1 Notícia histórica em face da legislação brasileira	425
5.3.2 Imposto de renda retido na fonte	426
5.3.3 IOF	429
5.3.4 CPMF	430
5.3.5 ICMS relativo a operações próprias	431
5.3.6 ICMS relativo a substituição tributária	445
5.3.7 IPI	452
5.3.8 Contribuições sociais previdenciárias	457
5.3.9 Constitucionalidade do art. 2º, II, da Lei nº 8.137/90	457
5.3.10 Condutas comissivas e omissivas; núcleo do tipo; consumação e tentativa	459
5.3.11 Bem jurídico protegido, objeto material, sujeito ativo, sujeito passivo, tipo subjetivo	460
5.3.12 Penas e efeitos da condenação criminal	461
5.4 O crime previsto pelo art. 2º, inciso III, da Lei nº 8.137/90	462
5.4.1 Incentivos fiscais	462
5.4.2 As condutas previstas pelo inciso III do art. 2º da Lei nº 8.137/90	466

5.4.3	Exigir, para si ou para o contribuinte beneficiário, percentagem de incentivo fiscal.....	469
5.4.4	Pagar percentagem da quantia recebida a título de incentivo fiscal	472
5.4.5	Receber, para si, percentagem de incentivo fiscal	474
5.4.6	Receber, para o contribuinte beneficiário, percentagem de incentivo fiscal.....	475
5.4.7	Percentagem de incentivo fiscal	476
5.4.8	Bem jurídico protegido	476
5.4.9	Penas e efeitos da condenação criminal	476
5.5	O crime previsto pelo art. 2º, inciso IV, da Lei nº 8.137/90	477
5.5.1	O conceito de incentivo fiscal, no âmbito do crime previsto pelo art. 2º, IV, da Lei nº 8.137/90	477
5.5.2	As condutas previstas pelo inciso IV do art. 2º da Lei nº 8.137/90	478
5.5.3	Deixar de aplicar incentivo fiscal, ou aplicá-lo em desacordo com o estatuído.....	479
5.5.4	Deixar de aplicar parcela de imposto liberada, ou aplicá-la em desacordo com o estatuído	481
5.5.5	Penas e efeitos da condenação criminal	482
5.5.6	Algumas situações de incentivo fiscal, em que o crime cometido será o do art. 1º, <i>caput</i> , da Lei nº 8.137/90, e não o do seu art. 2º, IV	483
5.6	O crime previsto pelo art. 2º, inciso V, da Lei nº 8.137/90	485

Capítulo 6

O crime de apropriação indébita previdenciária.....	489
6.1 O crime de apropriação indébita previdenciária: notícia histórica e sucessão de leis no tempo	489
6.2 O conceito de contribuição, no <i>caput</i> e §1º do art. 168-A do CP.....	496
6.3 O crime previsto pelo <i>caput</i> do art. 168-A do CP	499
6.4 O crime previsto pelo §1º, I, do art. 168-A do CP	505
6.4.1 As condutas compreendidas no art. 168-A, §1º, I, do CP	505
6.4.2 A modalidade mais comum do crime: deixar de recolher contribuição previdenciária descontada de segurado ou de terceiros.....	508
6.4.3 O crime do art. 168-A, §1º, I, do CP: o sujeito ativo, que pode ser inclusive agente público; o sujeito passivo.....	510
6.4.4 O artigo do art. 168-A, §1º, I, do CP: o tipo subjetivo	515
6.4.5 A impossibilidade de realizar o pagamento: dificuldades financeiras da empresa	518
6.4.6 Constitucionalidade do art. 168-A, §1º, I, do CP	521
6.4.7 As penas; efeito da condenação criminal	521
6.5 O crime previsto pelo §1º, II, do art. 168-A do CP	522
6.6 O crime previsto pelo §1º, III, do art. 168-A do CP	526
6.7 Regras especiais sobre extinção da punibilidade, perdão judicial, substituição da pena privativa de liberdade por multa e causa especial de diminuição de pena, relativas ao crime de apropriação indébita previdenciária, constantes dos §§2º e 3º do art. 168-A do Código Penal; a situação do princípio da insignificância	529

6.7.1	Extinção da punibilidade pela confissão do débito, prestação de informações e pagamento da contribuição social previdenciária.....	529
6.7.2	Princípio da insignificância, perdão judicial ou aplicação exclusiva de multa	533
6.7.3	O art. 170 do CP e a apropriação indébita previdenciária	539

Capítulo 7

Os crimes de contrabando e de descaminho		541
7.1	Os conceitos de contrabando e de descaminho; significados de importar e de exportar.....	541
7.2	Bem jurídico protegido; consumação e tentativa; sujeito ativo e sujeito passivo; tipo subjetivo.....	542
7.3	A pena; o princípio da insignificância; efeitos da condenação criminal; o perdimento de bens, previsto em norma administrativa; processo administrativo e ação penal; extinção da punibilidade pelo pagamento do tributo e seus acessórios.....	544
7.4	O descaminho e os crimes previstos pelos arts. 1º, caput, e 2º, I, da Lei nº 8.137/90	548
7.5	Condutas assimiladas pelo CP aos crimes de contrabando ou de descaminho.....	551

Capítulo 8

Dos crimes contra a ordem tributária praticados por funcionários públicos.....		559
8.1	O art. 3º da Lei nº 8.137/90: crimes contra a ordem tributária praticados por funcionários públicos.....	559
8.1.1	Os crimes previstos pelo art. 3º da Lei nº 8.137/90	559
8.1.2	O sujeito ativo e o sujeito passivo dos crimes previstos pelo art. 3º da Lei nº 8.137/90: o conceito de funcionário público para fins penais	561
8.1.2.1	Sujeito ativo; o conceito de funcionário público, para fins penais	562
8.1.2.2	O sujeito passivo	566
8.1.3	O crime previsto pelo art. 3º, inciso I, da Lei nº 8.137/90	566
8.1.4	Os crimes previstos pelo art. 3º, inciso II, da Lei nº 8.137/90	571
8.1.4.1	Concussão e corrupção passiva em matéria de arrecadação tributária	571
8.1.4.2	Corrupção ativa em matéria tributária.....	577
8.1.4.3	Consumação, tentativa e tipo subjetivo.....	578
8.1.4.4	A extinção da punibilidade do funcionário corrupto ou do particular corruptor, pelo pagamento do tributo, antes do recebimento da denúncia: discussão.....	579
8.1.5	O crime previsto pelo art. 3º, inciso III, da Lei nº 8.137/90	583
8.1.6	As penas cominadas aos crimes previstos pelo art. 3º da Lei nº 8.137/90; efeitos da condenação criminal por tais crimes.....	585
8.1.6.1	As penas	585
8.1.6.2	Efeito da condenação criminal transitada em julgado: perda do cargo.....	587

8.1.6.3	Efeito da condenação criminal transitada em julgado: tornar certa a obrigação de reparar o dano resultante do crime	593
8.2	O crime de excesso de exação, previsto pelo §1º do art. 316 do CP	594
8.3	O crime de facilitação de contrabando ou descaminho, previsto pelo art. 318 do CP	601
8.4	Crimes de responsabilidade de funcionários públicos, que podem eventualmente prejudicar a receita tributária, embora a respectiva preservação não seja especificamente o bem jurídico protegido	605
8.4.1	Inserção de dados falsos em sistema de informações	605
8.4.2	Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações	611

Capítulo 9

Extinção da punibilidade pelo pagamento do tributo.....	617
9.1 Evolução Legislativa	617
9.2 Extinção da punibilidade pelo pagamento do tributo ou contribuição social: crítica.....	621
9.3 A situação atual: pagamento extingue punibilidade, mas desde que feito até quando?	626
9.4 A extinção da punibilidade do crime de descaminho, pelo pagamento dos tributos devidos.....	635
9.5 Parcelamento e extinção de punibilidade	638
9.6 O pagamento do tributo eventualmente sonegado não extingue a punibilidade do crime previsto pelo parágrafo único do art. 1º da Lei nº 8.137/90	657
9.7 Outras causas de extinção do crédito tributário e sua eventual influência sobre a punibilidade de crimes contra a ordem tributária; o mesmo, em face do depósito administrativo ou judicial do valor pretendido pelo fisco e do pagamento ao credor em execução fiscal, com produto de bem vendido em hasta pública	658

Capítulo 10

Questões processuais, incluindo a ação penal.....		669
10.1	A ação penal	669
10.1.1	Nos crimes contra a ordem tributária, a ação penal é pública.....	669
10.1.2	A denúncia, especialmente em se tratando de crime societário.....	671
10.2	Eventual condição de procedibilidade: representação fiscal; o encerramento do processo administrativo-tributário como condição objetiva de punibilidade.....	678
10.2.1	Considerações iniciais. A ação penal pelos crimes contra a ordem tributária é pública incondicionada	678
10.2.2	A representação fiscal para propositura de ação penal por crime contra a ordem tributária: a ação penal continua sendo pública incondicionada.....	680
10.2.3	A ação penal por crime contra a ordem tributária e o procedimento administrativo fiscal.....	690
10.2.4	Encerramento do processo administrativo fiscal e inquérito policial ou investigação da infração penal pelo próprio Ministério Público	719

10.2.4.1	Crime contra a ordem tributária, encerramento do processo administrativo-tributário e inquérito policial.....	719
10.2.4.2	Crime contra a ordem tributária, encerramento do processo administrativo-tributário e investigações realizadas pelo próprio Ministério Público	723
10.2.5	Lançamento, decadência, encerramento do processo administrativo fiscal e prescrição da ação penal	729
10.3	Ação penal por crime contra a ordem tributária e ações cíveis discutindo o mesmo tributo.....	735
10.4	Prova do crime contra a ordem tributária e quebra de sigilo bancário.....	739
10.5	Prova do crime, com emprego de informações e documentos obtidos em trabalhos de fiscalização tributária: validade	760
10.6	A competência	766
	Bibliografia	773